

MEMÓRIAS DA MESTRIA: AS ARTES E OS OFÍCIOS DOS “HOMENS DE COR”

Lysie Reis¹
Gláucia Trinchão²

Resumo: Este trabalho discute o ensino para as Artes e para os Ofícios no Brasil do século XIX, destacando a Bahia. Por intermédio da pesquisa em fontes documentais, bibliografia de referência e entrevistas, tenta-se demonstrar como as classes abastadas pensaram a educação dos pobres, no intuito de aplacar conflitos sociais e preparar mão de obra qualificada para o fomento da indústria. Por outro lado, pôde-se constatar que negros e mulatos, libertos ou escravos, se utilizaram da prática do ofício como forma de alcançar melhores condições de vida.

Palavras-Chave: Memória, Artes e ofícios, Negros.

Abstract: This paper discusses the teaching for the Arts and Crafts of the nineteenth century in Brazil, particularly Bahia. Through research in documental sources, reference bibliography and interviews, we attempt to demonstrate how the upper classes thought the poor classes education, in order to placate social conflicts and prepare the necessary skilled manpower to develop the industry. On the other hand, it was found that blacks (negros) and mulattoes, freedman and slaves, used the practice of craft has a way to achieve better living conditions.

Keywords: Memory, arts e crafts, blacks (negros).

INTRODUÇÃO

No século XVIII, a implantação das corporações de ofícios pela Câmara Municipal da cidade de Salvador na Bahia fez com que oficiais portugueses migrassem para Salvador³. Costumes foram adaptados, mas não o sufi-

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador; Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestre em conservação e restauro (UFBA); Líder do Grupo de Pesquisa: Estudos Interdisciplinares em Desenho. Linha de pesquisa: memória visual e desenho urbano. Endereço eletrônico: lysie60@hotmail.com.

² Professora Adjunta de Desenho do Departamento de Letras e Artes, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa: Estudos Interdisciplinares em Desenho. Endereço eletrônico: Gaulisy@gmail.com.

³ Em relação a outros lugares da Europa, o aparecimento das corporações em Portugal é tardio, visto ter praticamente ocorrido no final do século XIV. Surgidas quando da emer-

ciente para compararmos seu funcionamento. Uma diferença fulcral foi que as mãos que na Bahia se ocuparam dos ofícios passam a ser, majoritariamente, negras⁴.

Para além das condicionantes que correlacionaram a prática dos ofícios aos escravos brasileiros, a transmissão do ofício entre os “homens de cor” pode ser compreendida como uma herança, não só possível quanto honrada⁵. Holanda (1978) advertiu, quando tentou explicar a não similaridade entre o sistema corporativo medieval e o brasileiro, até o século XIX, que eram raríssimos, os casos em que o ofício se mantinha na mesma família branca por mais de uma geração “[...] como acontecia normalmente onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade” (p. 28). Os artífices brancos, estrangeiros e brasileiros queriam formar filhos “doutores”, livrando-os do trabalho manual. Mas, entre os homens de cor era notória a preocupação da transmissão do ofício entre gerações, numa clara intenção de precaução contra as barreiras que o jovem iria ter que ultrapassar ao tentar galgar profissões liberais. Dicas, macetes, práticas e segredos do ofício, em grande parte transmitidos oralmente, eram confiados entre gerações, que os guardavam e seguiam.

O presente texto tem como objetivo elucidar como este sistema teve lugar no Brasil e foi apreendido positivamente pelos oficiais mecânicos,

gência de núcleos urbanos na Europa em geral, na Baixa Idade Média, as agremiações de trabalhadores mecânicos se tornam corporações de ofícios, quando a demanda de serviços, oriunda das transformações citadinas, cria um meio propício para o estabelecimento de um vínculo mais estreito entre as camadas subalternas de trabalhadores e o poder reinol. Ninguém poderia trabalhar independentemente das regras de sua agremiação profissional, que, além de disciplinar sua atuação, a submetia ao regulamento da cidade, ao qual todos os trabalhadores eram subordinados.

⁴ Já nessa época, o termo ofício designava o exercício por obrigação de algum tipo especializado de trabalho; o realizado manualmente e/ou com o auxílio de instrumentos era conhecido como um “ofício mecânico”, também era chamado de “artista mecânico” ou artesão, derivando-se desta designação as denominações de artista e artífice, verbetes que têm, entre dicionaristas dos séculos XVIII e XIX, acepções sobrepostas.

⁵ Apropria-se da expressão “homem de cor”, tal como Mattoso (1992/1996, p. 401, 535, 600), para diferenciar os mestiços dos brancos estrangeiros e dos “brancos da terra”, “[...] mestiços de pele clara ou mais ou menos clara que, graças à sua diligência ou ao patrocínio de pessoas influentes, conseguiam transpor alinha da demarcação racial e, por conseguinte, também a social”. Araújo (1999, p. 101) também usa a expressão e a contextualiza para se referir àqueles indivíduos que desempenharam “[...] todo trabalho de negro, ou seja, todo trabalho manual que os possa desqualificar como superiores”.

posteriormente chamados de artífices, e o quanto o ícone do mestre-escola foi importante para que o conhecimento perdurasse entre os homens “de cor”, não só durante os quase três séculos de vigência da escravidão no Brasil, mas enquanto os desdobramentos deste sistema produziram, diretamente, limites à inserção destes homens no mercado de trabalho qualificado. A baliza temporal foi o século XIX e, para realizar tal análise, contou-se com a pesquisa documental, que privilegiou fontes primárias; com entrevistas, que trouxeram ao texto mestres do ofício educados pelo sistema oficial, e com estudos precedentes sobre o tema, especialmente aqueles que fizeram a história social das escolas voltadas para a formação nas Artes e Ofícios. Desta forma, pôde-se compreender o significado da transmissão do ofício, e o quanto o projeto educacional que as classes mais abastadas fomentavam para os pobres estavam marcados por discursos preocupados com os efeitos da transição entre o trabalho livre e o escravo. Era também o momento da industrialização, e assim, ideias capitalistas, ideais abolicionistas e filantrópicos vão sendo regulados para enfrentar o problema social.

1 MESTRIA NOS OFÍCIOS: QUEM A ALCANÇA E QUEM É POR ELA ALCANÇADO

Para os negros, educar os filhos respondia ao desejo de lhes dar um ofício, como forma possível de prepará-los para as dificuldades que enfrentariam na sociedade de então. O Governo aproveitou-se disso e ofereceu-lhes, em diversos setores, escolas profissionalizantes que formalizaram a instrução. Era mais uma tentativa de aplacar revoltas, dar ocupação às crianças pobres, a recém-libertos e a todos aqueles que poderiam, ao crescer, tornar-se o germe de conflitos.

O ensino dos ofícios não atingia somente os que viviam na miséria material. Fonseca (como citado em CUNHA, 2005, p. 117) explica-nos que o ensino “destinado à indústria tinha sido, inicialmente destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, e em seguida, aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, outros desgraçados”. Referia-se aos deficientes físicos, diferenciando-os dos “desgraçados sociais”.

Com o aumento da produção manufatureira, na segunda metade do século XIX, sociedades civis também se imbuíram do amparo aos menores carentes e fundaram Liceus de Artes e Ofícios. Para tanto, mais uma vez, conferir-lhes um ofício foi a dimensão que norteou seu projeto educacional. Eram mantidos por sócios cotistas e doações de benfeitores, boa parte de-

les membros do alto escalão da burocracia estatal e parlamentares, o que lhes permitia angariar benefícios governamentais.

Ao longo do Império⁶, por iniciativa de associações civis, do aparelho de Estado ou de ambos, foram sendo criadas instituições destinadas ao ensino das artes manufactureiras. Genericamente, nas várias províncias em que existiram, eram conhecidas como Casas de Educandos Artífices. Nelas, eram acolhidos “ingênuos”⁷, órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia ou filhos daqueles que comprovassem que a pobreza não lhes permitiria alimentá-los e educá-los. Não obstante serem destinadas ao ensino de ofícios, tais estabelecimentos não se destituíram do caráter de instituições de filantropia, o que só aconteceu com as experiências das escolas de ensino técnico-industrial, que ocorreram durante a República⁸.

A trajetória pela qual as mãos negras da Bahia Oitocentista se ocuparam dos ofícios mecânicos foi analisada através de documentos escritos. No entanto, uma compreensão mais ampla do significado da transmissão do ofício só foi atingida após entrevistar aqueles que foram, no passado, aprendizes de artífices que exerceram parte de suas atividades no século XIX. Desta experiência, abordar-se-á aqui a fala de dois sujeitos, ambos negros. Foram entrevistas concedidas no verão de 2004, na cidade de Cachoeira, recôncavo do Estado da Bahia.

O primeiro entrevistado foi Seu Bernardino Ferreira dos Santos. Era pedreiro. Apresenta-se, com certa tristeza, como um dos poucos, entre os seus contemporâneos, que ainda está vivo. Lembra seus nomes e suas obras. Muitos foram substituídos por filhos, hoje também pedreiros. O próprio Bernardino se orgulha de seu filho conhecer lugares que ele não conhece. Está em Angola. É pedreiro da Odebrecht. Depois de perceber que a

⁶ No Brasil, o período imperial teve vigência entre 1822 e 1889, tendo a monarquia constitucional parlamentarista como seu sistema político, sendo regido pela constituição imperial brasileira de 1824.

⁷ Assim eram designadas as crianças filhas de escravas, nascidas entre a vigência de dois importantes marcos legais, a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei da Abolição da Escravidão (1888). A primeira declarava livre os nascidos de escravas, e a segunda decretava o fim da escravidão. Esta designação foi amplamente utilizada na documentação em questão. Indica uma exclusão, visto que equiparava estas crianças aos escravos, sem, ao menos, respeitar os princípios jurídicos estabelecidos pelas duas leis supracitadas

⁸ A Primeira República Brasileira, normalmente chamada de República Velha (em oposição à República Nova, período posterior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas), foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930.

conversa lhe agradava, foi direcionada por perguntas. Muitas foram respondidas com precisão de detalhes, outras, nem tanto. Nada estranho. Afinal, tratava-se de um senhor de 87 anos, que ainda trabalhava, junto a seus filhos menores, em uma barraca da feira livre. É ele quem nos fala.

Sobre o montepio dos artistas da cidade:

Era a associação que os pedreiros tinha e era uma associação que quando estava em dificuldade de vida a sociedade supria, com remédio, com pirão [comida] e muitas outras coisas. Até roupa, calçado. A dificuldade que o artista tinha, a sociedade supria [...] os aprendizes iam na reunião do montepio. Falava com os pais, que era para eles seguir a religião, a associação. Toda profissão pertencia ao montepio. O montepio sabia que era a profissão dos artistas. A sede dos artistas. Era os operários. Era o mesmo artista. [sic].

Sobre o respeito que se tinha aos pedreiros no passado:

Era quem sabia trabalhar. Porque hoje existe muito engenheiro [que] ficou como dono da profissão, mas naquela época que era [de] mestre, as obras não caíam [...] hoje depois de engenheiro que sabe muito, exploram muito a arte, as obras caem e matam muita gente porque não fazem como antigamente faziam [...] Engenheiros eram os mestres! [sic]

Sobre a origem do ensino:

A arte vem da escravidão [...] Porque a descendência da profissão sempre foi África [...]. Quando dois mestres se encontravam na rua salvavam [cumprimentavam-se] um para o outro, mas na outra parte era o segredo da profissão. Meu mestre se chamava Manoel Nascimento. Era brasileiro, mas filho de africano. Eu aprendi a arte com nove anos de idade. De manhã ia pro colégio e a tarde ia aprender a arte no lugar onde o mestre estivesse trabalhando. [...] naquela época e porque o operário sabia trabalhar, tinha o valor. É por isso que empregava o nome de mestre. E hoje qualquer, qualquer cidadão que acha que deve ser artista sem aprender a arte vai enfrentando aí, ganhando o pão. [sic]

Mesmo sem ser questionado, concedeu informações importantes, que confirmavam vínculos. Referiu-se à festa do “2 de julho”, como o dia em que o montepio saía às ruas para participar da festa patriótica⁹. Fato

⁹ Após a proclamação da Independência do Brasil, a Bahia continuou ocupada pelas tropas portuguesas do Brigadeiro Madeira de Mello. Durante a guerra da Independência na Província, Cachoeira ressaltou-se no combate, visto ter saído de lá o exército nacional que seguiu para Salvador, deflagrando a independência. Foi em seu território que funcionou a Junta Governativa e depois o Governo Provisório, além de também ter sido sede do governo durante a Guerra da Sabinada (1837-1838). Nesta época, o então imperador D. Pe-

que nos remete às procissões e das datas cívicas em que os artífices dos séculos antecedentes desfilavam, de estandarte em punho, orgulhosos de sua profissão e atentos ao espaço que ocupavam na sociedade. Referiu-se à presença de italianos e suíços em Cachoeira, mestres que competiam com seu mestre. Referiu-se às tecnologias construtivas do passado, comparou-as com as do presente. Enfim, a conversa com o Sr. Bernardino foi longa.

Não menos interessante foi a entrevista obtida com o Sr. Demerval Pereira Mascarenhas, o Sr. Nadinho, de quase 90 anos. Também cachoeirano, apesar de seu pai ter sido alfaiate, aprendeu a profissão de pedreiro com o mestre Felipe que, além de pedreiro, era músico. Tocava trombone na Sociedade Cultural Orpheica Lyra Ceciliana, fundada em 1870 e que funciona até hoje. Não só ele, mas outros artífices “de cor” de então, agregavam valores sociais participando de grupos musicais que se apresentavam em datas cívico-religiosas. O Sr. Nadinho não foi membro da Sociedade Montepio de Artistas de Cachoeira, tampouco da Lyra, mas sim da Irmandade da Paciência. Também foi sócio da Irmandade do Senhor dos Martírios, que funcionava na Igreja dos Remédios. Muitas de suas informações coincidem com as do Sr. Bernardino. Com orgulho semelhante, lembra que “não tinha engenheiro não, tudo era feito por nossa conta”. Essa conversa ocorreu na porta de sua casa, onde ele passava os dias contemplando o cotidiano de sua rua e arredores.

Através destas entrevistas, pôde-se confirmar que, no universo destes sujeitos, artista é sinônimo de operário, bem como arte é de ofício que, por conseguinte, o é de profissão. Como ressaltou o Sr. Bernardino, “Toda profissão pertencia ao montepio”. De fato, profissional sem agremiação tinha pouca visibilidade e nenhum amparo frente às dificuldades da vida profissional e pessoal. Montepios, irmandades, confrarias, candomblés, grupos musicais formavam a teia em que transitavam.

dro I, ao visitar a localidade, concedeu-lhe o título de “Heróica”, em reconhecimento ao patriotismo demonstrado durante o conturbado período e por ter sido a primeira a reconhecê-lo como Regente do Brasil, em 25 de junho de 1822. Assim, estava lançada a semente, que frutificou em 2 de julho de 1823, quando a Bahia definitivamente se tornou livre do jugo português, consolidando a Independência do Brasil. Desde então, esta comemoração inclui manifestações culturais e representações de fatos históricos, desfile de carros alegóricos e grupos representativos da comunidade. Destacam-se, no desfile, a imagem do Caboclo e da Cabocla, representação de todos aqueles que lutaram pela independência: os escravos, os libertos, os livres pobres, os mestiços, os índios, Maria Quitéria, Sórora Joana Angélica, o soldado Jacaré e outros. Pode ser considerada a maior festa cívica com caráter popular do Estado.

O dicionarista Bluteau afirma que o mestre é aquele “que sabe bem o seu officio”, “que examina as obras do seu officio”. Esta definição teve valia na Bahia do século XIX. Para os artífices baianos, o que os distanciava dos engenheiros era a segurança de guardarem um saber sacramentado secretamente entre os seus. Saber constituído no dia a dia, na lição do mestre que, semelhante a um pai, apontava um caminho, servia de espelho. Era, na medida exata, o exemplo a ser seguido. Nas entrevistas relatadas, sua figura foi frequentemente evocada. Não haveria de ser diferente, com ele aprendia-se a arte, o ofício que lhe daria sustento e lhe conferiria um lugar social.

Graças a Manoel e Felipe que, no século XIX, foram aprendizes, o ofício chegou a Bernardino e Nadinho, mestres no século XX. Se é impossível negar que o ensino de cativos ocorreu em oficinas e canteiros de obras dos quais não há registro, pouco se sabe sobre esta pedagogia. Havia condicionantes: a qualidade do mestre, as condições do aprendizado, sua duração, o tipo de participação, as experiências e, de certa maneira, as aptidões do aprendiz. O indivíduo “de cor”, livre ou alforriado, também tinha que cumprir condições para se aproximar do seu mestre. Fosse por destacar-se no ofício, por parentesco, paternidade ou, até mesmo, afinidade. As especificações sobre o domínio da arte que lhe seria transmitida podiam decorrer de um contrato feito com o mestre pelo pai, por vezes branco; por seu senhor; por padrinho ou por qualquer protetor.

Havia hierarquias respeitadas. Mesmo estando entre o aprendiz e o mestre, um oficial mecânico, cativo ou não, valia de acordo com sua habilidade e com seu grau de independência frente ao mestre.

No bojo deste sistema estavam os escravos “de ganho”, aqueles que tinham licença de seus senhores para trabalhar e com eles dividir o lucro, embora isto não fosse uma regra, pois este escravo podia ser emprestado por seu senhor para obras em igrejas, casas pias etc. Nesse caso, mesmo sendo bem qualificado, seu trabalho assimilava-se à esmola. Por outro lado, raramente, e mesmo em tempo de crise no mercado, um escravo muito qualificado se tornaria um carregador. De fato, como apontado antes, a qualificação torna-se um trunfo paradoxal, pois, enquanto passa a valer mais no mercado, mais caro lhe custará sua alforria. O “de ganho”, qual fosse seu grau de qualificação disputava fatias de um mercado que guardava subdivisões. Em cada uma delas, alguém a ensinar e alguém a aprender.

A qualificação dos escravos jovens e das crianças era uma prática comum utilizada pelos senhores para agregar valor ao que determinavam

ser sua mercadoria. Em Salvador, muitos eram os escravos de idade entre 9 e 14 anos, os chamados “moleques”, que ficavam nas oficinas, como aprendizes e, quando adultos tornavam-se oficiais. Destes, somente aqueles que respeitavam as regras, e demonstravam conhecimentos e qualidades no ofício exercido, alcançavam a mestria. Era um percurso difícil para um cativo. Na pesquisa de Andrade (1988) sobre Salvador, os mestres aparecem apenas como 1% dos 2.981 homens cativos, mas, apesar de raros, apenas 32 apresentam médias de preços bem mais elevadas que os demais oficiais. Segundo a pesquisadora mencionada, “formavam a elite”. Entre 1811 e 1860, dos 5.178 indivíduos destacados na pesquisa de Andrade (1988) pelo seu grau de aperfeiçoamento no ofício, os escravos adultos que eram oficiais, do sexo masculino e do sexo feminino, representavam 88% dos que possuíam categoria de ofício. Já os aprendizes, na sua maioria adolescentes, considerando o sexo masculino e feminino, representaram 11% da totalidade de indivíduos com ofício (p. 150). Saber ler, escrever ou contar não era premissa para se ter um ofício, ou mesmo alcançar a mestria. Vale destacar que, dentre os 8.045 escravos pesquisados, apenas 8 eram alfabetizados, o que era privilégio de poucos, não somente escravos, mas de toda a população pobre, incluindo libertos e brancos. O preço médio dos escravos aprendizes e oficiais não apresenta diferenças significativas, apesar de o preço médio dos aprendizes superar um pouco o dos oficiais. Andrade (1988, p. 174) conclui que os escravos “do ofício de pedreiro” e outros da categoria de oficiais eram tão requisitados quanto os aprendizes de pedreiro, o que a fez notar que a idade, neste caso, é uma variável considerável, ou seja, não só a experiência, como também a jovialidade parecem ter sido favoráveis na escolha do oficial.

Reis (1986, p. 184) aponta as diferenças comportamentais entre o escravo africano e o brasileiro, numa tentativa de explicar o motivo pelo qual os nascidos no Brasil se dedicavam a ocupações mais especializadas, concluindo que isto ocorreu pelo “processo de socialização e treinamento dos escravos crioulos e pardos e que nada tem a ver com qualquer superioridade étnico-cultural ou racial, mas com seu abrasileiramento”. Andrade (1988) analisa quantitativamente a distribuição da população africana e brasileira, combinando ofícios e nações e observa que, nos dez ofícios relacionados à arquitetura e à construção civil, os escravos artesãos, incluindo os carpinteiros e os pedreiros, eram, em sua maioria, crioulos. Em contrapartida, nos demais ofícios, e entre estes não está nenhum serviço ligado à

arquitetura ou à construção civil, a maioria era de escravos pertencentes à etnia nagô. Isto faz a autora admitir que:

[...] a maioria dos escravos crioulos, entre os artesãos, pode ser explicada através da consideração de que as artes e ofícios requerem aprendizagem especial. Sendo assim, ocorreu que o crioulo, já adaptado à região e sem sofrer com as barreiras lingüísticas, teve mais acesso ao aprendizado (ANDRADE, 1988, p. 145-147).

Já Spix e Martius (1976), que viajaram pelo Brasil entre 1817 e 1829, sem atentar para os fatores que foram observados por Reis e Andrade, generalizam:

[...] entre os naturais são os mulatos que manifestam maior capacidade e diligência para as artes mecânicas; até dizem que há entre eles decidido talento para pintura. Os pretos livres, de que existe grande número na cidade (do Rio de Janeiro), não se mostram tão aproveitáveis e vantajosos para a sociedade como no interior, onde se tornam não raro ativos e abastados agricultores (p. 65).

Foram muitas as condicionantes que levaram a prática dos ofícios às mãos dos escravos brasileiros. Tornou-se herança, presumível e honrada. A partir daí outras estratégias foram criadas, não só por parte dos governantes, como dos subalternos, que souberam se apropriar do ofício como uma arma disponível, senão à total liberdade, mas a liberdade possível dentro de uma sociedade marcada pelo racismo e por severas fragilidades sociais.

2 ARTES E OFÍCIOS, A OCUPAÇÃO QUE DIGNIFICA O VAGABUNDO, O ENJEITADO E O FILHO DO PROLETÁRIO

Em 13 de novembro de 1872, os empresários Bartholomeu José Pereira e Thomé Fernandes Madeira de Castro receberam autorização do Governo do Império para organizarem uma Companhia destinada a construir prédios de aluguel barato¹⁰. Havia regras para essa concessão. Entre elas, algumas são pertinentes a esta análise. A quantia que deveria ser paga pelos acionistas, no ato da compra da ação, seria recolhida ao banco que melhores vantagens oferecesse. Dois terços seriam destinados à criação e ao custeio de um Conservatório de Artes e Ofícios para a “educação gratuita do povo”, e um terço para a emancipação do “elemento servil”. No dia 7

¹⁰ Decreto no 5.138 de 13 de novembro de 1872, Biblioteca do Tribunal de Justiça da Bahia — BTJ (1873). Coleção das Leis do Brasil, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, parte 2, (2), 1095-1105.

de setembro, seriam entregues cartas de liberdade a “indivíduos previamente escolhidos”. Os regulamentos aprovados pela Assembleia Geral dos acionistas estabeleceriam o sistema de ensino do conservatório de artes e ofícios e o “método prático para escolha dos indivíduos destinados a emancipação”¹¹.

O elemento servil, quando emancipado, integrar-se-ia ao povo, seria parte de um mesmo conjunto. Independentemente das quotas que caberiam a cada um, educação e liberdade, mais uma vez, vêm associadas. Mas o Liberalismo aponta para um novo discurso, no qual instruí-los os adaptaria às regras, aos bons costumes e à moral requerida. Seriam trabalhadores efetivos, integrados à exploração capitalista. Mesmo assim, há que se ressaltar que aí não se estanca a repressão à vadiagem. Como observa Luís Antonio Cunha (2005, p. 182), pouco depois da Lei Áurea, o Ministro da Justiça apresentou um projeto de lei em repressão à ociosidade, no qual se previam duras penas para vadios e mendigos. Para a compreensão mais estreita desses interesses, observemos a fala a seguir, que traduz inequivocamente o pensamento dos intelectuais da época.

Em 17 de maio de 1874, Carlos Arthur Buseh Varella discursa na Escola Pública da Glória, no Rio de Janeiro¹². Apesar de ainda não saber-se muito sobre a atuação deste advogado, conferiu-se seu conhecimento sobre o panorama educacional, não só do Brasil, mas de outros países, bem como seu pensamento intelectualizado, repleto de questões cruciais e inerentes ao que incomodava as elites econômicas. Não menos interessante para esta análise é o título de sua conferência: Da instrução ao vagabundo, ao engeitado, ao filho do proletário e ao jovem delinquente: meios de fazel-a efectiva. Já era a terceira vez que Varella estava naquele auditório, deveria, então, concluir um ciclo. Seu objetivo era discorrer sobre a “educação e instrução que o Estado deve áquelles desgraçados que sem tecto e sem lar” que, apesar de não poderem vir à escola, tinham direito a ela. De início, expõe sua opinião sobre a diferença entre a educação e a instrução:

[...] a educação é para o coração o mesmo que a instrução é para a intelligencia. Disse-vos o como a instrução deve ter por base a educação

¹¹ Idem.

¹² Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [BNR]. Instrução Pública — Brasil — Discursos, Ensaios, e conferências, encadernado com outras obras. Classificação 371, localização I-111, 4, 16, n. 3. Segundo informações contidas no Dicionário Bibliográfico Português, Carlos Arthur Buseh Varella foi advogado nos auditórios da corte e na província do Rio de Janeiro. É citado no volume IX, 2000, p. 27.

domestica, que se traduz nas blandícias de uma extremosa mãe, na indulgencia e carinho com que só ella sabe despertar no coração da creança os bons instinctos, as nobres aspirações, preparando-os para mais tarde e com proveito real receberem na escola ou nos Cursos secundarios um bem dirigido ensino (VARELLA, 1874, p. 4).

O conferencista cita a experiência de outros países. Ressalta que a Inglaterra, curou tal “lepra social” abrindo escolas por toda a parte, fundando “casas de instrução e de trabalho”. O pobre continuava sendo amparado pela filantropia, mas a esmola não era mais levada ao seu domicílio, o que obrigava “o pobre e o vagabundo a recolher-se ás casas de trabalho” (VARELLA, 1874, p. 5). Afirmar que tal exemplo espalhou-se pela Europa inteira, que também “compreendeu a urgencia de instruir o povo”, indo à “cata daquelles que não podião vir-lhe ao encontro”. Em todas as freguesias da cidade do Rio de Janeiro já havia escolas como a da Glória, denominadas por Varella de “templos megestosos”; no entanto, só serviam às “creanças que pertencem a uma certa camada do pôvo, que não é de todo balda de recursos” (p. 5). Em sua opinião, haveria de se criarem escolas para os “sem tecto e sem pão” que dormiam sob o Arco do Telles, nos adros das Igrejas, nos recantos escuros dos edifícios, ou “se empilhão nesses reductos asquerosos, que por ahi abundão, com o nome de ‘Cortiços’” (p. 6). Consciente de que estas crianças tinham direito à proteção pública, questionava: “Não há em cada um desses pequenos vagabundos uma alma? Na intelligencia bruta de cada um desses tenros beduinos não ha o germen que póde fecundar e desenvolver-se?” (p. 6). Ressalta que até da “taverna e da officina” era possível “surgirem gigantes da intelligencia e da industria que tem assombrado o mundo!” (p. 7). Varella insiste em que a escola devia bater-lhes à porta. Até então, só conhecia as experiências da Roda dos Engeitados, fundada em 1738 pelo “Venerável” Romão de Mattos Duarte e o Recolhimento das Orphãs, criado em 1739 por Marçal de Magalhães Pinto e pelo Capitão Francisco dos Santos. Eram por demais filantrópicas. Outras instituições chegaram a funcionar, mas foram efêmeras, pois “creanças desvalidas” continuavam presentes (p. 8).

Após apresentar os problemas que assolavam a sociedade de então, Varella dedica longas páginas ao relato de suas viagens ao exterior, quando, oportunamente, pôde observar experiências diversas. Na Europa, relata que visitou Asilos na França, estudou os Jardins da Infância na Alemanha, onde conheceu “o methodo Frebel, engenhosa applicação desse vasto systema de phylosophia espiritualista, admiravel conjunto de meios praticos para a educação moral e religiosa”. Foi à Escócia, conheceu o Heriot’s Hos-

pital, no qual eram protegidas, educadas e instruídas 3 mil crianças que, ao saírem, podiam continuar seus estudos em Edinburg ou nas escolas superiores. Ainda na Inglaterra, estudou a organização dos Ragged School (Escolas de Maltrapilhos, segundo tradução do autor), destinadas aos mendigos, aos vagabundos, aos jovens criminosos (city's-arabs, na transcrição de Varella), examinou a British and National School e, mais detidamente, visitou as Casas de trabalho (Work houses), que Charles Reybaud, por ele citado, chamou de gaiolas de pobres [grifo do autor]. Nelas, pôde comprovar que famílias inteiras ficavam sujeitas a uma severa disciplina e eram obrigadas a um trabalho regular. Era uma forma de abolir a prática de levar socorros ao domicílio pobre (VARELLA, 1874, p. 9). Apresentou os resultados estatísticos das pesquisas que fez por onde passou, comparou-as entre si e com as do Império, onde um “enxame de parias” aumentava, presos aos vícios e a degradação moral (p. 10). Propõe um desafio:

[...] não será possível entre nós um ensaio, uma tentativa sequer para arredar do foco de perdição, tão grande numero de infelizes que tem direito á nossa solicitude? [...] Nós bem podíamos fundar uma colonia, quer para os jovens delinquentes do art. 13, quer para toda a especie de vagabundos, engeitados, orphãos desvalidos e filhos de proletarios; colonia onde elles recebessem uma educação pratica, religiosa e artística (VARELLA, 1874, p. 22).

A instrução recomendada, baseada na prática (trabalhos braçais), na religião (católica) e na arte (ofício) deveria ser incutida “pelas ultimas camadas do povo” (VARELLA, 1874). Mas, se não fosse possível fundar colônias que servissem “de asylo ás crianças abandonadas e a esses vagabundos que mandamos para o exercito e Armada”, ainda havia outra possibilidade. Ressaltando que na Província do Rio de Janeiro havia fazendeiros “abastados e intelligentes”, Varella (1874) propõe que, em uma de suas fazendas, poderia ser feito um ensaio, fundar-se-iam colônias sob sua direção. Nestas, haveria “escola, as officinas e os trabalhos de lavoura compatíveis com as suas forças”. Se conseguissem “regeneração moral de algumas centenas ou mesmo dezenas desses vagabundos que por ahi vagão ás tantas, quanta gratidão nos não deverá a Patria por uma iniciativa tão generosa!” (p. 23). Prevê que somente quando a instrução “penetrar as ultimas camadas sociais”, a classe dos artistas.

[...] hade ser tão respeitosa como a dos fidalgos. (“aplausos prolongados”)
[...] O facho civilizador da instrucção popular terá espancado todas as trevas e nós olharemos sem inveja para os nossos irmãos da America do Norte. A

instrução fará o trabalho mais productivo, criará estímulos, moralizará o operário que não maldirá seu destino, mas que se honrará de dever ao trabalho a manutenção de sua família e uma feliz independência (VARELLA, 1874, p. 31-32).

O pensamento de Varella traduz um ideário de fundamentos aparentemente contraditórios. Espera que a educação doméstica, oferecida no seio de uma família, sem desvios dos padrões morais e religiosos em destaque, seja a base para que uma criança possa ser instruída. Esta não era e nem seria a realidade dos que estavam, como ele apontou, nas últimas camadas do povo ou nas últimas camadas sociais. Ele equipara estas crianças a beduínos, define-os como “pequenos vagabundos” e aponta o remédio: instrução e moralização. Esta não dependeria muito das letras, seria prática e voltada para o exercício de um ofício. Para completar, catequese. Por esta via, sim, até mesmo os que estavam nas tabernas e nas antigas oficinas podiam ser úteis à era industrial. Sua fala em muito contribui para a compreensão do temor que as classes mais abastadas tinham “do povo”, conjunto no qual já se misturavam os “ingênuos”, grupo que crescia, dia após dia, circulava pelas ruas, mendigava, usava trajes esfarrapados, batia-lhes às portas. Incomodava visual e moralmente as cidades, inclusive àquelas que, mesmo sendo “povo” também, já haviam alcançado algum status mais digno no meio social, fosse por agregação aos de posses, fosse por mercadejar ou desempenhar bem um ofício de destaque. Este cenário intensificava-se à medida que a extinção definitiva da escravidão apontava em horizonte próximo. Seu discurso também é esclarecedor, no sentido de indicar mais um caminho trilhado por intelectuais e políticos para amenizar a transição entre o trabalho livre e o escravo. Não só “ingênuos”, órfãos, desvalidos, abandonados e expostos dariam conta da produção, mas também os filhos dos proletários e dos operários. E assim, aos ideais abolicionistas e filantrópicos vão sendo anexadas ideias capitalistas. O problema social iria ser resolvido pela ocupação dos que estavam no patamar mais baixo da pirâmide social e não só pelos que estavam nas últimas camadas. Todos tornar-se-iam operários, força de trabalho industrial-manufatureira.

Com o aumento da produção manufatureira, na segunda metade do século XIX, sociedades civis também se imbuíram do amparo aos menores carentes e fundaram Liceus de Artes e Ofícios. Para tanto, mais uma vez, conferir-lhes um ofício foi a dimensão que norteou seu projeto educacional. Eram mantidas por sócios cotistas e doações de benfeitores, boa parte deles membros do alto escalão da burocracia estatal e parlamentares, o que lhes permitia angariar benefícios governamentais.

O primeiro exemplo foi o da Sociedade Propagadora de Belas-Artes, organizada em 1858, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Coronel Francisco Joaquim Bethencourt, ex-aluno e professor da cadeira de arquitetura da Academia de Belas-Artes. Teve como patronos o Imperador e a Princesa Isabel, além do Barão de Mauá, que patrocinou a instalação a gás do edifício por todo o primeiro ano de funcionamento. Além destes ilustres, condes, viscondes, comendadores, doutores, coronéis, almirantes e conselheiros orgulhavam-se por verem seus retratos estampados nas salas internas, seus nomes identificando laboratórios, oficinas, salas de aula. Sentiam-se participantes da reforma educacional que haveria de ser feita nas camadas sociais que tinham. Viam-se como colaboradores do projeto de qualificar a mão-de-obra que, na sua subjetividade, continuaria a lhes ser subalterna. Muitos professores não queriam estar fora deste circuito e lecionavam gratuitamente, o que era interpretado como uma doação patriótica. O ensino era gratuito para os sócios e seus filhos e “para qualquer indivíduo, livre ou liberto, que não tiver contra si alguma circunstância que torne inconveniente a sua admissão, ou o constitua impossível ao estabelecimento” (CUNHA, 2005, p. 124). Indiretamente, está claro neste regimento que escravos não seriam aceitos, não estavam no mesmo patamar que trabalhadores pobres e seus filhos; estes, sim, tinham direito às aulas, noturnas e baseadas em duas vertentes: ciências aplicadas (aritmética, álgebra, geometria plana e no espaço, geometria descritiva, física, química e mecânica, todas aplicadas) e as artes (desenho de figura [corpo humano], desenho geométrico [incluindo as ordens clássicas], desenho de ornatos, de flores e de animais, desenhos de máquinas, desenho de arquitetura civil e regras de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção civil, escultura de ornatos e arte cerâmica, estatuária, gravura e talho-doce, água-forte, xilografia e pintura). Cunha não chega a uma definição sobre o currículo fixo do ensino profissional masculino e aponta a hipótese de que os alunos se matriculavam em uma das matérias do campo das artes e nesta seguiam até atingir um nível profissional; em paralelo, faziam as matérias das ciências aplicadas. Comprovada esta hipótese, o Liceu teria então cursos profissionais relacionados a todas as matérias de artes. Mesmo com o apadrinhamento estatal e o da burguesia, e uma estrutura curricular que chegou a ser comparada por alguns autores à Academia de Belas-Artes Rio de Janeiro, não houve recursos suficientes para pôr em prática tudo que previa seu regimento. Havia mais salas de aula do que laboratórios e oficinas. Somente o advento da República e o incentivo do Visconde de Ouro Preto lhe deram

novo fôlego. Mecanismos jurídicos e fiscais ampliaram as isenções e colaboraram para que mais doações fossem endereçadas à unidade mantenedora. Em 1881, foi inaugurado um curso direcionado às mulheres e com currículo fixo e, em 1882, seguindo o parâmetro do currículo fixo, criou-se um curso comercial.

Cunha (2005), que traçou um panorama sobre o ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata, ressalta que houve Liceus de Artes e Ofícios formados por sócios artífices. No entanto, tiveram grande dificuldade de desenvolver seu projeto, já que a subsistência de tal sociedade dependia da constância, em seu quadro, de sócios beneméritos, que, além de empenharem recursos próprios, ainda angariavam subsídios governamentais. No período imperial, foram criadas a Sociedade Propagadora das Belas-Artes (Rio de Janeiro, 1858), a Associação Liceu de Artes e Ofícios (SALVADOR, 1872), a Sociedades dos Artistas Mecânicos e Liberais (Recife, 1880), a Sociedade Propagadora da Instrução Popular (São Paulo, 1882), a Associação Protetora de Instrução Popular (Maceió, 1884), a Sociedade Artística Oupretana (Ouro Preto, 1885). Além destas, também foram criados Liceus de Artes e Ofícios na cidade mineira de Serro (1879), em Florianópolis (1883) e em Manaus (1884).

Como visto, ao longo do Império, por iniciativa de associações civis, do aparelho de Estado ou de ambos, foram sendo criadas instituições destinadas ao ensino das artes manufatureiras. Genericamente, nas várias províncias em que existiram, segundo Leal (2004, p. 228), eram conhecidas como Casas de Educandos Artífices. Nelas, eram acolhidos “ingênuos”, órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia ou filhos daqueles que comprovassem que a pobreza não lhes permitiria alimentá-los e educá-los. Tanto Celso Fonseca Suckow (1986), quanto Cunha (2005) e Leal (2004) observam que, não obstante serem destinadas ao ensino de ofícios, tais estabelecimentos não se destituíram do caráter de instituições de filantropia, o que só aconteceu com as experiências das escolas de ensino técnico-industrial, que ocorreram durante a República.

Se, aos ingênuos, muitas foram as determinantes que os quiseram manter no campo, em colônias agrícolas, nas quais também haveria oficinas mecânicas, os filhos dos pobres, dos quais muitos deviam ser ingênuos, eram considerados como indivíduos citadinos. Caber-lhes-ia um ofício mecânico. As instituições formadas para educá-los na cidade e para a cidade revelam-se não só como locais em que era possível recuperá-los, como também inseri-los como operários do setor industrial, que englobava desde

a minúscula oficina caseira, passando pelo pedreiro que trabalhava de obra em obra, até as fábricas que surgiam. Graças a este projeto, sua escolarização foi enfocada, discutida e desenvolvida. Se o governo aproveitou, eles não deixaram por menos. Não há dúvida de que famílias pobres se orgulhavam de ter um filho com uma profissão. Era uma questão de liberdade e de fortalecimento. No jogo de negociações, este acontecimento não reestruturou a pirâmide social, nem lhe conferiu divisões igualitárias, mas forneceu um projeto profissional que muitos abraçaram.

Todas as escolas de ofícios manufatureiros citadas seguiram o lastro aberto pelo Colégio Casa Pia dos Orfãos de São Joaquim, na Bahia. Mesmo nos projetos mais ousados, como os dos Liceus, filantropia, formação profissional, disciplina moral e religião, nem sempre em medidas iguais, estiveram articuladas ao propósito de qualificar mão-de-obra juvenil para os ofícios considerados pouco nobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, ao longo de todo o Império e mesmo nas primeiras décadas do período republicano, houve confronto entre formas tradicionais de educação e as novas práticas. No âmbito de sua organização para o trabalho, e mais uma vez utilizando estratégias que aparentemente denotavam submissão, os artífices apropriaram-se de novos conhecimentos, os amalgamaram àquele que a oralidade já lhes tinha conferido, ascenderam socialmente e reforçaram seu domínio na arte de resistir através do aperfeiçoamento para o ofício. Aprendizagem e formação eram intrínsecas ao processo de socialização que acontecia nos mesmos espaços e na própria comunidade que guardaria o indivíduo na sua vida adulta. A frequência à escola configura-se numa nova instância do processo de formação. Em algumas, rompe-se com a pedagogia apoiada apenas no binômio informação-aprendizagem e, de certo modo, com a “pedagogia do chicote”, utilizada pelos feitores e experimentada pelos antepassados dos artífices aqui revelados. Outros foram os espaços e os agentes educadores. Logo, outras relações estiveram presentes, pois a hierarquia vertical, experimentada na oficina, deixou de ser o único lugar de aprendizagem, mas não foi abandonada. É uma prova de que o modelo tradicional não foi esquecido, pois, sem o exercício da técnica, o indivíduo não estaria formado.

Na oficina-escola ou na escola que tinha oficina havia um mestre respeitado por seu saber. Havia filhos de trabalhadores pobres com seus des-

tinis incertos. Muitos já haviam enraizado o orgulho do ofício. Estavam conscientes da liberdade que a profissão lhes daria, mesmo sabendo que o Governo lhes impunha limites, oferecendo uma ocupação tão subalterna quanto sua pertença social. Não importava, lutava-se com as armas disponíveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. J. S. de. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*. (Série Baianada, n. 8). São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.
- ARAÚJO, U. C. de. A política dos homens de cor no tempo da independência. In: C. V. Domingues, C. B. Lemos, E. Yglesias. (Org.). *Amai-vos, povo bahiense! A conspiração dos alfaíates* (p. 100-113). Salvador: Omar G. Ed., 1999.
- BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, [BNR], *Instrução Pública — Brasil — Discursos, Ensaíos, e conferências*. [Encadernado com outras obras. Classificação 371, localização I-111,4, 16, n. 3], 1874.
- BLUTEAU, R. Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrolagico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos [...] [CD-ROM]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. [Distribuída pela UERJ, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil]. (1712-1728).
- CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLASCO, 2005.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- LEAL, M. das G. de A. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.
- LEAL, M. das G. de A. *Manoel Querino: entre letras e lutas. Bahia: 1851-1923*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2004.
- MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província no império*. (Y. de M. Soares, Trans.) 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. Original publicado em 1992.
- REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 3 v.

SUCKOW, C. F. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)/Departamento Nacional (DN)/Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação (DPEA), 1986. 2 v.